

PRIMEIRO CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO PLANETÁRIA E TRANSFORMAÇÕES GLOBAIS

ATRASO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Benízia Santana Luz¹

INTRODUÇÃO

O atraso escolar constitui um dos principais desafios da educação básica brasileira, refletindo desigualdades sociais, econômicas e educacionais historicamente construídas. Caracteriza-se pela defasagem entre idade e ano escolar, afetando sobretudo estudantes de contextos socialmente vulneráveis. Segundo Arroyo (2017), “o atraso escolar expressa trajetórias marcadas pela exclusão social e educacional” (p. 39). Assim, compreender esse fenômeno é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes.

As políticas públicas educacionais voltadas à correção do fluxo escolar surgem como estratégias para enfrentar a repetência e a evasão, buscando garantir o direito à educação. Esses programas visam reorganizar o percurso escolar dos estudantes em atraso, promovendo sua progressão. Conforme Libâneo (2018), “a correção do fluxo busca minimizar os efeitos da repetência sobre a trajetória escolar” (p. 82). Nesse contexto, torna-se relevante analisar a efetividade dessas iniciativas.

DESENVOLVIMENTO

O atraso escolar é resultado de múltiplos fatores, como condições socioeconômicas precárias, fragilidades no processo de ensino-aprendizagem e insuficiência de políticas de apoio. Crianças em situação de pobreza tendem a ingressar mais tarde na escola e a apresentar maiores índices de reprovação. Para Patto (2015), “o fracasso escolar não é individual, mas produzido pelas condições estruturais do sistema educacional” (p. 56). Essa perspectiva desloca a responsabilidade do aluno para o contexto institucional.

Historicamente, a repetência foi utilizada como principal mecanismo de controle do desempenho escolar, contribuindo para a ampliação da defasagem idade-série. Tal prática mostrou-se ineficaz na melhoria da aprendizagem. Segundo Soares (2016), “a reprovação sistemática não corrige dificuldades, apenas as posterga” (p. 101). Diante disso, políticas de correção do fluxo passaram a ser implementadas como alternativas pedagógicas.

¹ Professora e Mestranda pela Universidad de la Empresa (UDE)/Montevideu-UY

Os programas de correção do fluxo escolar buscam reorganizar o tempo e o currículo, oferecendo metodologias diferenciadas para alunos em atraso. Essas iniciativas incluem classes de aceleração e projetos de progressão continuada. Conforme Cury (2017), “a aceleração da aprendizagem deve respeitar os tempos e as singularidades dos estudantes” (p. 94). A adequação pedagógica é, portanto, elemento central desses programas.

No Brasil, políticas como o Programa de Aceleração da Aprendizagem foram implementadas em diferentes redes de ensino. Tais programas apresentam resultados variados, dependendo da formação docente e do acompanhamento pedagógico. Segundo Klein e Ribeiro (2018), “a eficácia da correção do fluxo depende da qualidade da intervenção pedagógica” (p. 67). A simples reorganização administrativa não garante avanços na aprendizagem.

Outro desafio desses programas refere-se à estigmatização dos estudantes atendidos. Muitos alunos em classes de correção do fluxo são rotulados como incapazes ou desinteressados. Para Bourdieu (2016), “a escola tende a legitimar desigualdades por meio de classificações simbólicas” (p. 112). Esse processo pode comprometer a autoestima e o engajamento dos estudantes.

A formação continuada dos professores é apontada como fator decisivo para o sucesso das políticas de correção do fluxo. Docentes preparados conseguem desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas e contextualizadas. Conforme Freire (2019), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (p. 31). Sem esse preparo, os programas tendem a reproduzir as mesmas dificuldades do ensino regular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises de estudos educacionais indicam que os programas de correção do fluxo podem reduzir a distorção idade-série quando bem estruturados. Contudo, os resultados são limitados quando não há acompanhamento sistemático. Segundo o INEP (2021), “as redes que investem em apoio pedagógico apresentam melhores indicadores de fluxo escolar” (p. 18). Esses dados evidenciam a importância da gestão educacional integrada.

A discussão aponta que políticas de correção do fluxo não devem ser entendidas como soluções isoladas, mas como parte de uma política educacional mais ampla. A permanência do atraso escolar revela fragilidades na educação básica como um todo. Conforme Saviani (2018), “não há política compensatória que substitua a qualidade do ensino regular” (p. 143). Assim, a prevenção do atraso escolar é tão importante quanto sua correção.

Observa-se ainda que programas de correção do fluxo tendem a obter melhores resultados quando articulados com políticas sociais. A vulnerabilidade social dos estudantes impacta diretamente o desempenho escolar. Segundo Arroyo (2017), “educar exige enfrentar as desigualdades para além da escola” (p. 88). Essa articulação intersetorial fortalece os efeitos das políticas educacionais.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o atraso escolar é um fenômeno complexo, diretamente relacionado às desigualdades sociais e às limitações estruturais do sistema educacional. Os programas de correção do fluxo escolar representam avanços importantes, mas não suficientes por si só. Conforme Patto (2015), “enfrentar o fracasso escolar requer mudanças profundas nas políticas educacionais” (p. 149). A superação desse problema demanda ações estruturais.

Destaca-se a necessidade de políticas públicas que priorizem a qualidade do ensino, a formação docente e a equidade educacional desde os anos iniciais. A correção do fluxo deve ser compreendida como estratégia complementar, e não substitutiva. Segundo Libâneo (2018), “garantir o direito à educação implica assegurar trajetórias escolares sem interrupções” (p. 204). Dessa forma, o enfrentamento do atraso escolar contribui para uma educação mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arroyo, M. G. (2017). *Fracasso-sucesso escolar: trajetórias de exclusão*. Vozes.
- Bourdieu, P. (2016). *A reprodução*. Vozes.
- Cury, C. R. J. (2017). *Educação e direito à aprendizagem*. Autêntica.
- Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia*. Paz e Terra.
- INEP. (2021). *Indicadores de fluxo escolar da educação básica*. INEP.
- Klein, R., & Ribeiro, S. C. (2018). *A educação no Brasil: avanços e desafios*. Elsevier.
- Libâneo, J. C. (2018). *Didática*. Cortez.
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar*. Casa do Psicólogo.
- Saviani, D. (2018). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Autores Associados.
- Soares, J. F. (2016). *Qualidade e equidade na educação básica*. Unesco.

Profa. Dra. Cássia S. de C.
Ribeiro
160.244.725.18

Prof. Dra.
Revista PHILOS
Website: <https://seuartigo.com.br/>



Junior Peres
Coordenação Geral
Congresso Internacional em
Educação Planetária
CNPJ: 45774153000124

